

Projeto Temático

Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle

fluxo meio-ambiente

Relatório 2012

Este relatório apresenta os resultados e encaminhamentos dados às atividades propostas no relatório de 2012 e indicações para atividades em 2013.

Em 2010, primeiro ano do projeto temático, pesquisou-se a trajetória da institucionalização de uma noção de meio ambiente enquanto instrumento político de acoplamento de normas e regras, ocorrido a partir de meados do século XX. Destacaram-se grandes encontros internacionais que aglutinaram forças mobilizadas em torno de reivindicações por mudanças ou pela execução de decisões discutidas nesses eventos.

No ano de 2011, os trabalhos focaram o conceito de sustentabilidade que se constituiu e se ampliou a partir de 1987, unindo a noção de meio ambiente com a economia e a sociedade. Trabalhou-se também a questão das mudanças climáticas e principalmente o levantamento das vertentes do pensamento ecológico e ambiental com os respectivos efeitos na formação de sujeitos, com destaque ao ecofeminismo, e à constituição de políticas tanto planetárias quanto locais.

Em 2012, as atividades deram continuidade ao mapeamento dos discursos ambientais e ecológicos, a Conferência da Rio+20 foi acompanhada,

inclusive presencialmente, os primeiros resultados da pesquisa foram divulgados publicamente por meio de artigos, documentários, participação e organização de em encontros acadêmicos.

As atividades tiveram com eixo investigar o funcionamento do *dispositivo meio ambiente*. Nas pesquisas dos anos anteriores dentro do fluxo temático evidenciou-se que meio ambiente era mais do que um conceito ou recorte da realidade a partir de uma identificação de elementos que o compunham. Meio ambiente apresentou-se como algo muito além de uma composição de elementos, mas agenciava instituições, condutas, saberes científicos, paisagens e também emoções e afetos; abrigava elementos heterogêneos reunindo-os sob a esperança de salvação do planeta e da vida humana. As atividades de 2012 consideraram o meio ambiente como um dispositivo, dentro da governamentalidade ecopolítica.

1) Atividades propostas para o período de 2012 e realização durante o ano

Inicialmente cabe listar o que foi proposto no relatório anterior para 2012: A seguir, detalham-se as atividades realizadas e seus resultados principais.

1 Foco na Conferência Rio +20 como um acontecimento para o qual convergem forças e interesses e de onde sairão novas injunções e redimensionamentos dos temas referentes ao meio ambiente.

1.1. Destacar os efeitos da Rio+20 no Brasil.

2. Pesquisar a produção de conhecimento e atividades práticas e técnicas relativas ao campo da gestão do meio ambiente.

3. Mapeamento dos discursos ambientais e ecológicos:

3.1. continuidade do mapeamento;

3.2. destaque para a tendência à organização política apartidária dos defensores da ecologia e da *economia verde*;

3.3. sistematização da noção de *resiliência* relacionada a meio ambiente.

4. Prosseguimento da coleta e disponibilização de documentos, junto com a análise de textos considerados importantes no decorrer da pesquisa.

5. Estímulo à produção de textos e participação em eventos divulgando os resultados das diversas etapas e temas da pesquisa.

No relato das atividades executadas, a ordem das propostas aparece invertida a seguir. Começamos pelo item 5. Há três atividades que cumpriram plenamente o objetivo de estimular a produção e divulgação dos resultados da pesquisa: o documentário *Ecopolitica 1 Meio Ambiente*, realizado no começo de 2012 e divulgado no Canal Universitário, na Anpocs, e em uma sessão no Museu da República dentro dos eventos da Rio +20; a *Revista Ecopolitica*, lançada no final de 2011,¹ e o *Colóquio Transformações da Biopolítica*, realizado em 10 e 11 de outubro, com participação de pesquisadores do projeto ao lado de professores de universidades brasileiras e estrangeiras.

Em relação à Revista, aqui será mencionada apenas a produção relativa ao tema meio ambiente. O primeiro número² foi citado no relatório anterior do fluxo, mas cabe lembrar a sua produção. Dois artigos tratavam do tema ambiental e se tornaram referências entre os pesquisadores do temático: *Foucault para o próximo século: a ecogovernamentalidade*, de Sebastien Mallette e *A ecogovernamentalidade e suas contradições*, de Astrid Ulhoa. As duas resenhas publicadas nesse número inaugural focaram livros com questões ecológicas e políticas. Beatriz Carneiro escreveu sobre o livro de Jean Didier Vincent, *Élisée Reclus, géographe, anarchiste, écologiste*. Thiago Rodrigues resenhou *Guerras*

¹ <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/issue/archive>

² http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista_ed1.html

climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século XXI, de H. Welsler, mostrando o encontro entre o meio ambiente e o fluxo da segurança. Na seção *Paisagens*, que inclui texto e imagens, o tema foi o desastre nuclear. As imagens e parte do texto foram organizadas por Marcia Lazzari e Aline Passos. Foi incluído o verbete *Natureza*, de IXIGREC, pseudônimo de Robert Collino, retirado da *L' Encyclopédie Anarchiste* (1934). A proposta da revista é publicar a cada número um artigo de um estudante que esteja elaborando a Iniciação Científica dentro do Temático. Neste número, Felipe Costa publicou o artigo *As empresas e a sustentabilidade*.

No Número 2, de janeiro-abril de 2012,³ o artigo, *Municipalismo libertário, ecologia social e resistências*, de Acacio Augusto, tratou da questão ambiental da perspectiva de movimentos sociais libertários. Ainda no número 2, há a resenha de Gustavo Simões *Os limites da agenda*, sobre o livro organizado por André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz, *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*, o qual contempla comentários sobre a Agenda 21 e aspectos da política ambiental brasileira.

No Número 3, de maio a agosto de 2012,⁴ há o artigo de Thiago Rodrigues, *Segurança Planetária entre o climático e o humano*, em que se discute a questão do clima como um elemento do sistema de segurança internacional. Apesar de o tema principal situar-se no fluxo segurança do Temático, a interface com o meio ambiente foi enfatizada. O artigo de Leandro Siqueira intitulado *Procedências espaço-siderais das sociedades de controle: deslocamentos para a órbita terrestre* também se situa no fluxo segurança, mas trabalha um aspecto que confluiu para a noção do meio ambiente como um dispositivo: o espaço sideral. Há também a resenha escrita por Gustavo Ramus, intitulada *Amor sustentável*, sobre o livro *A Revolução do amor: por uma espiritualidade laica*, de Luc

³ http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista_ed2.html

⁴ http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista_ed3.html

Ferry. Na seção Paisagens, com texto e seleção de imagens de Gustavo Simões e Acácio Augusto, o ensaio *Uma verdade sustentável? Rio + 20 e cúpula dos povos de uma perspectiva da Ecopolítica*. Acompanham os textos sobre o tema Rio+20 publicados na *flecheira libertária* e links para *hypomnematas*. Na sessão Entrevista, Beatriz Carneiro discorre sobre o tema meio ambiente e ecopolítica.

No Número 4, de setembro a dezembro de 2012, publica-se parte das comunicações do Colóquio Transformações da Biopolítica. Dentro do fluxo, temos o artigo *O dispositivo meio ambiente* de Beatriz Carneiro, o de Carmem Junqueira, *Os Kamaiurá das Terras Indígenas do Xingu*, sobre como o povo Kamaiurá considera a mudança e o papel da tradição no seu modo de vida, ambas comunicações apresentadas no Colóquio. Em Paisagens, o ensaio foi *Oguata: derrubando as cercas pelo fim das violências de Estado contra a existência dos Guarani-Kaiowá*, com texto e seleção de imagens de Gustavo Simões, Sofia Osório e Eliane Knorr de Carvalho. O verbete foi *Indígenas*, de A. Lapeyre. No Projeto Temático a questão indígena vem sendo tratada no fluxo meio ambiente, com interfaces com o fluxo de direitos e penalização a céu aberto. Na seção dedicada aos trabalhos dos estudantes de iniciação científica, foi publicada, a de Vitor Osório intitulado *Uma governamentalidade sustentável*.

O Colóquio *Transformações da biopolítica* foi o momento em que os resultados parciais da pesquisa foram apresentados publicamente no TUCARENA, nos dias 10 e 11 de outubro, junto com comunicações de outros professores e pesquisadores, com transmissão ao vivo pela TV PUC.

Afora essas três atividades: documentário, revista e colóquio, houve participações em eventos, com destaque para o *54º Congresso Internacional e Americanistas: Construindo diálogos nas Américas*, realizado em Viena, Áustria, em julho de 2012, e o *21º Encontro Estadual da ANPUH: Cultura, Trabalho e memória*, realizados em Campinas, São Paulo, de 3 a 6 de setembro.

O Congresso dos Americanistas contou com um simpósio coordenado pelo Prof. Dr. Edson Passetti: *Ecopolítica. governamentalidade planetária, novas*

institucionalidades e resistências na sociedade de controle. No âmbito do fluxo meio ambiente, o trabalho de Beatriz Carneiro, *Governamentalização da Amazônia*, foi apresentado.

No encontro da ANPUH, no simpósio temático *Racionalidade Neoliberal, edição cultural e memória das transformações*, coordenado pelo Prof. Edson Passetti, foram apresentados dois trabalhos do fluxo meio ambiente: *Ecoeficiência e governo de condutas pela moral ambiental*, de Eliane Knorr de Carvalho e *Ecofeminismo e Gestão Planetária* de Beatriz Carneiro.

Quanto ao item 4, "Prosseguimento da coleta e disponibilização de documentos, junto com a análise de textos considerados importantes no decorrer da pesquisa", a realização da Rio +20 trouxe uma série de novos documentos, coletados e comentados. Além disso, as iniciações científicas trabalharam com a coleta e análise de documentos específicos. A disponibilização do material no site do projeto tem ocorrido porém, de um modo bem mais lento do que a coleta. Portanto, a atividade prosseguirá em 2013, com comentários sobre os documentos mais importantes.

O item 3, "mapeamento dos discursos ambientais e ecológicos" contou com a contribuição dos artigos e comunicações citados acima, dos trabalhos de iniciação científica, de fichamentos de textos, presença em eventos e de encontros entre os pesquisadores do temático.

Os discursos ambientais e os grupos que os mantem contam com poucas tentativas de classificação no Brasil. Um trabalho de referência é o artigo de E. Viola e H. Leis, *O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável*,⁵ apresentado em 1992, disponível na Internet e muito citado, em que são caracterizados os diversos setores que

⁵ E. VIOLA; H. LEIS. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In VIOLA, E. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, Florianópolis:UFSC, 1995. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/56990536/o-Ambientalismo-Multissetorial-No-Brasil-Rio92> Acessado em 20 de abril de 2012.

compõem o ambientalismo no final do século XX. A classificação contempla o ambientalismo brasileiro, mas se aplica às grandes linhas do movimento no mundo.

No Brasil, até o final dos anos 1980, época da Constituinte e da preparação para a ECO 92, o ambientalismo caracterizava-se pelo caráter bissetorial, segundo os autores. Compunha-se do setor das agências estatais e do setor de grupos e associações que realizavam campanhas e denúncias sobre o tema. Ambos centravam suas ações visando o controle da poluição urbano-industrial e a proteção a áreas naturais, dois temas independentes um dos outro. Havia também um trânsito significativo entre membros de associações brasileiras de proteção à natureza e agências governamentais.

A partir dos anos 1980, *“a progressiva disseminação da preocupação pública com a deterioração ambiental transforma o ambientalismo num movimento multissetorial (...) constituído por oito setores principais (os dois existentes previamente e mais seis novos, com diversos graus de integração e institucionalização)”*.⁶ Os oito setores consistem em: associações estritamente ambientalistas; agências governamentais de meio ambiente; grupos sócio-ambientais que incorporam temas ambientais na pauta apesar de não ser o alvo principal; cientistas; empresários com preocupações ecológicas; políticos profissionais com programas que incluíam aspectos ecológicos; religiosos de varias procedências preocupados com a salvação do planeta; e por fim, educadores, junto com os artistas. A classificação procurou mostrar a expansão do tema ambiental para muitas outras instituições sociais.

No século XXI, os tais setores indicados por Viola e Leis mostraram-se flexíveis, deixaram seus limites. Para exemplificar situações gerais de flexibilidade: as associações “estritamente’ ambientais” incorporaram temas como responsabilidade social e tendem a se tornarem sócio-ambientais; a defesa dos modos de vidas de populações tradicionais entrou na pauta ambiental do

⁶ E. VIOLA; H.LEIS. *Op. Cit.*

Estado; as empresas, grandes ou pequenas, tendem a incluir “sustentabilidade” em seus planos de negócios. O tema ambiental incorporou-se em setores diversos trazendo uma inédita ligação entre eles, implodindo tentativas de ordenamentos em categorias fixas.

O mapeamento dos discursos ecológicos e ambientais resultou na consolidação da análise do meio ambiente enquanto um dispositivo no sentido trabalhado por Foucault. Para esse autor, um dispositivo estabelece nexos entre elementos heterogêneos, oferece um novo campo de racionalidades, um novo campo de verdades, e é uma estratégia que responde a uma urgência. Reorienta e fornece outras dimensões aos elementos que agrupa, e ao mesmo tempo, possibilita reparar a ligação entre esses elementos. Inclui discursos, instituições, elementos arquitetônicos e de ordenamento do espaço, filosofias, e também, um aspecto importante: produz sujeitos.⁷

O dispositivo consiste, segundo Agamben, “em um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault”.⁸ Por sua vez, Deleuze afirma que “A filosofia de Foucault muitas vezes se apresenta como uma análise de ‘dispositivos’ concretos” e prossegue destacando que são “como máquinas de fazer ver e fazer falar”, conduzidas por linhas de força que estabelecem o trânsito entre o dizer e o ver.⁹ Nesse século XXI, o dispositivo meio ambiente exerce-se menos como “máquina” e mais como um aplicativo, ou um conjunto de aplicativos que programa o que deve ser visto e o que deve ser dito. E que também se atualiza (*upgrades*) a qualquer momento, *aperfeiçoando-se* para cumprir outras funções,

⁷ E. CASTRO. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid M. Xavier. Revisão de A. Veiga-Neto; W. O. Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 124.

⁸ AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo?*
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>

⁹ DELEUZE, G.. *O que é um dispositivo.*:
<http://michelfoucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art14.pdf>

adaptando-se às novas e velozes exigências das modulações da sociedade de controle.

No mapeamento do dispositivo ambiental, foi incluída uma sistematização da noção de *resiliência* relacionada a meio ambiente. No âmbito do fluxo Direitos, há um importante artigo sobre o tema: *Política e resiliência – apaziguamentos distendidos*, de Salete Oliveira, apresentado no *Colóquio Transformações da biopolítica* e publicado na Revista Ecopolítica 4. No artigo há uma breve passagem ao pioneiro uso de *resiliência* em um estudo sobre estabilidade dos ecossistemas, *Resilience and stability of ecological systems*, publicado em 1973, pelo ecólogo canadense Stanley Holling, reconhecido atualmente como o “pai” da teoria da resiliência.

O termo não foi extensamente utilizado em documentos e trabalhos sobre meio ambiente até recentemente. No entanto, o *sentido geral* de resiliência, a capacidade de adaptação de um ecossistema às pressões sem se degradar, consiste em aspecto chave do *dispositivo meio ambiente*, servindo de base para indicações de sustentabilidade e avaliações dos efeitos atribuídos às ações humanas. Apesar disso, o conceito resiliência na ecologia ficou restrita a alguns círculos científicos, seu uso expandiu-se, porém, na psicologia. Apenas a partir de 1997, data da fundação da revista *Conservation Ecology*, por Holling, renomeada em 2003, como *Ecology and Society: a journal of integrative science for resilience and sustainability*¹⁰, o uso do conceito e os seus efeitos começaram a ser disseminados. A teoria da resiliência no gerenciamento do meio ambiente é colocada em prática pela gestão e governança adaptativas que permitem evitar configurações indesejáveis que destrua o sistema e conhecer os pontos de resiliência dos sistemas para fortalecê-los. Holling recuperou a palavra *Panarquia* do botânico e economista De Puydt (1860), para descrever modelos de

¹⁰ <http://www.ecologyandsociety.org/index.php>

ciclos ou conjunto de ciclos adaptativos dos sistemas, sem nenhuma hierarquia entre eles, e assim chegar a pontos de resiliência e a limiares de mudança.¹¹

Em 2001, Holling formou a Aliança Resiliente. (*Resilience Alliance: a basis for sustainability*)¹² um centro de pesquisas que envolve meio ambiente e sistemas sociais. Outros centros começaram aparecer, em 2007, fundou-se em Estocolmo junto com a Universidade, o *Centro de Resiliência - Pesquisa de governança de sistemas sócio-ecológicos*.¹³ Nesse mesmo ano, o Uruguai tornou-se a sede do *Instituto Sulamericano de Estudos de Resiliência e Sustentabilidade SARA*.¹⁴

O termo resiliência aparece em alguns poucos momentos no documento final da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 2012, "*O futuro que queremos*", associado à capacidade dos ecossistemas, da população e, em especial, dos ambientes urbanos que deve ser estimulada, protegida ou recuperada. Não se confunde com a sustentabilidade, que é uma meta a ser atingida, mas surge como um atributo existente que precisa ser estudado, protegido e estimulado, como uma qualidade das coisas que as faz adaptarem-se às mudanças, climáticas, inclusive às catástrofes naturais e a outras situações de risco.

Em 2012, um importante documento apresentado na Rio+20 *Povos Resilientes, Planeta Resiliente*,¹⁵ colocou o termo no centro das preocupações sócio-ambientais, sinalizando uma reorientação dos elementos do dispositivo ambiental das estratégias de gestão planetária, assunto a ser acompanhado do decorrer das pesquisas do temático.

¹¹ <http://www.ecologyandsociety.org/vol18/iss1/art9/#resiliencean5>

¹² <http://www.resalliance.org/>

¹³ <http://www.stockholmresilience.org/>

¹⁴ <http://saras-institute.org/>

¹⁵ <http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP%20Report%20Portuguese.pdf>

Um efeito do dispositivo meio ambiente trata dos redimensionamentos da prática política que envolve o sistema de partidos políticos. No relatório de 2011, delineamos a faceta partidária que tal dispositivo ganhou e mostramos a entrada do dispositivo na vida política enquanto um tema de mobilização e elaboração coordenada de metas para políticas públicas. Observou-se uma tendência à organização política apartidária dos defensores da ecologia e da economia verde, tema que continuou a ser investigado em 2012.

Dentre os artigos citados como contribuições ao mapeamento, destacam-se: *Municipalismo libertário, ecologia social e resistências*, de Acácio Augusto e a resenha *Amor sustentável* de Gustavo Ramus, ambos indicam vertentes até então pouco exploradas na pesquisa.

O artigo de Acácio Augusto trouxe uma qualidade mais radical dos discursos ecológicos a partir do norte americano Murray Bookchin. A ecologia traz uma crítica à sociedade e a um modo de produção que tem como premissa a destruição do meio natural.

“Por meio da crítica ecológica, pode-se atacar o modo de produção capitalista e socialista, enquanto formas agressivas e predatórias de viver, redimensionar as formas de participação política que afastam dos processos decisórios; questionar as maneiras de consumir e a própria ativação perpétua de um consumo desenfreado, e, por último, pensar as relações com as novas tecnologias e suas implicações para o indivíduo e meio ambiente.”¹⁶

A crítica ecológica ao capitalismo e à produção industrial resulta geralmente em propostas de reformas do Estado e da governança mundial, escoradas em programas de mudanças de conduta de cada habitante do planeta em relação ao seu meio. Bookchin propõe uma alternativa em que a crítica ecológica supere proposições de reforma das instituições de governo e seja a base de um modo de vida comunitário, descentralizado. O artigo aponta a

¹⁶ Acácio AUGUSTO. *Municipalismo libertário*. .*Revista Ecopolítica* 2, pp. 15.
<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9076/6684>

convergência desta proposta com outras de procedências reformistas ao colocarem a natureza como uma base quase sagrada para reorganizar a sociedade de modo harmônico. O debate traz a urgência em buscar práticas de resistências ao controle da vida do planeta que não engrossem o aspecto messiânico de tais soluções.

Em sua resenha do livro de Luc Ferry, Gustavo Ramus extrai deste uma hipótese de grande interesse para a análise da recepção consensual planetária da meta sustentável. Ferry diagnosticou laudatoriamente uma “espiritualidade laica” baseada no amor e no cuidado das futuras gerações.¹⁷ O ecologismo seria das manifestações desse assim chamado “segundo humanismo”. O primeiro seria o das Luzes, racional e lógico, e este segundo seria baseado nas paixões e nos afetos, entre o amor à prole e a seu bem estar, pela qual inclusive vale se sacrificar. *“Luc Ferry nos fornece pistas interessantes para uma análise da política mundial, da importância da ecologia, da economia e, sobretudo, a emergência do discurso da sustentabilidade. O amor desdobrado na secularização do Homem reorganizou a política como um todo. O medo de um futuro desastroso para as gerações futuras fez com que as pessoas repensassem o desenvolvimento capitalista e seus estilos de vida”*¹⁸.

O dispositivo meio ambiente foi capaz de colocar toda humanidade em um mesmo patamar de risco e solução, daí, exige-se que se ultrapassem as divisões partidárias na atuação em prol de políticas de defesa do planeta. Luc Ferry aponta a superação dos partidos de esquerda e de direita pelo *amor*, pois a defesa do planeta resulta da preocupação amorosa com o futuro das novas gerações.

A questão ecológica entrou inicialmente na política fora dos partidos, como questões de âmbito internacional, como mostram nossos relatórios

¹⁷ Luc FERRY Apud RAMUS, Amor sustentável. *Revista Ecopolítica* 3, p.116-7.
<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/11392/8301>

¹⁸ Gustavo RAMUS Op. Cit. p. 117.

anteriores; ou como questão técnica encampada por alguma agência de governo ou como pauta de movimentos alternativos, especialmente nos anos 1960.

Não apenas a crítica ecológica funcionava como contraposição ao mundo tecnocrático. Outra procedência das críticas ao estilo de vida da sociedade industrial, feitas pelos jovens contestadores do período, residia no pensamento dos filósofos da chamada Escola de Frankfurt, em especial Herbert Marcuse, tido como um dos mentores da chamada contracultura.¹⁹ A posição de professor de filosofia em San Diego na Universidade da Califórnia fez com que Marcuse inspirasse jovens rebeldes nos anos 1960 e 70. Textos escritos em 1941, *Razão e Revolução*; em 1955, *Eros e Civilização*; em 1964, *Ideologia da Sociedade Industrial* (tradução de *One-dimensional man*) foram disseminados quase como panfletos em favor de uma liberação de sexo e de críticas à tecnocracia e à alienação da sociedade industrial.

Nos três livros de Marcuse que circularam pelos anos 60, inclusive no Brasil,²⁰ não há referência a meio ambiente. A natureza neles aparece raramente, citada como conceito filosófico de um estado vital a ser dominado ou controlado pela técnica humana, que reprimiria e sufocaria sua força. No entanto, na raiz desse pessimismo frankfurtiano em relação à tecnologia, está um dos elementos que engrossou a mobilização em defesa da natureza e fortaleceu a ecologia como crítica ao capitalismo.

Em seu texto conclusivo da IC, *Partido Verde: governamentalidade e dispositivo ambiental*,²¹ Vitor Osorio assinala a importância de Marcuse na formação de um dos fundadores do Partido Verde no Brasil, Fernando Gabeira.

¹⁹ Theodore ROSZAK. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Tradução de Donaldson Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 94.

²⁰ Herbert MARCUSE. *Eros e Civilização: uma crítica filosófica ao pensamento de Freud*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*, Tradução de Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; *A ideologia da sociedade Industrial*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

²¹ Vitor OSORIO. *Partido Verde: governamentalidade e dispositivo ambiental*. Relatório final de IC, PUC-SP, fevereiro de 2013, pp. 21-22. (VER AÉREA RESTRITA; INICIAÇÃO CIENTÍFICA)

No Brasil, a trajetória inicial de Fernando Gabeira após retornar do exílio ilustra a institucionalização de movimentos alternativos em partidos políticos ou programas de partidos. Militante de esquerda, Gabeira foi exilado durante a ditadura civil-militar e permaneceu na Suécia de 1971 a 1978. Lá acompanhou as lutas ambientais locais e também a movimentação em torno da Conferência de Estocolmo de 1972. Percebeu a ecologia como uma arma política, pois ao articular o consumo de bens com as reivindicações em torno da produção, ações além da esquerda e da direita poderiam ser configuradas.²²

Desde o final da década de 1970, as questões ecológicas passaram a orientar diretamente a prática partidária, especialmente na Europa. Lutas imediatas e localizadas—como manifestações contra poluição industrial nesse ou naquele rio, construção de usina nuclear em um local específico, vazamento de óleo naquela área costeira—tornaram-se questões universais que afetariam o planeta. Os grupos ecológicos visavam atingir a consciência e transformar a conduta das pessoas, tanto pelo envolvimento da sociedade em causas ambientais quanto pela influência na elaboração de políticas de Estado. Buscavam a participação parlamentar, ao mesmo tempo em que se organizavam em associações da sociedade civil para atuar diretamente no setor ou pressionar por políticas ambientais. Além do Partido Verde que crescia na Alemanha, outros partidos ecológicos se formaram na Europa, como por exemplo, os *Verts* na França, que no Parlamento Europeu, pularam de 3,4 % dos votos em 1984 para 10,9% em 1989.²³

Gabeira retornou ao Brasil em 1979, com a bagagem dessas lutas alternativas e aqui encontrou uma movimentação pontual em torno de temas ambientais. Tentou montar um Partido Verde brasileiro com outros militantes, mas o registro não saiu a tempo, daí em 1986, candidatou-se a governador do

²² Vitor OSORIO, Op. Cit., p. 13.

²³ P. ALPHANDÉRY; P. BITOUN; Y. DUPONT. *O equívoco ecológico: riscos políticos da inconsequência*. Tradução de Lúcia Jahn. São Paulo: Brasiliense, 1992, pp. 63-64.

Rio de Janeiro pelo recém-fundado Partido dos Trabalhadores. Se não teve sucesso nas urnas nesse final da década de 1980, a campanha verde de Gabeira caracterizou-se por episódios como o abraço na Lagoa Rodrigo de Freitas, em que participaram 70 mil pessoas, e pelo apoio de artistas e celebridades da mídia, trazendo uma imagem de adesão a novas causas. Isso ajudou a consolidar um apoio ao Partido Verde quando este se oficializou em 1990, se alinhando às atividades das organizações não-governamentais que se formavam e cresciam em torno da ECO-92 e contribuiu com a realização do Fórum Global mediante a aprovação da Lei de Incentivos Fiscais para Projetos Eco-culturais.²⁴

Paralelamente à organização do PV, os mais diversos setores da sociedade brasileira mobilizavam-se, desde 1984, em torno de propostas para o conjunto das reformas legislativas anunciadas por uma nova Constituição que encerraria a ditadura no Brasil. A Comissão de Meio Ambiente da Constituinte foi articulada pelo deputado federal de São Paulo, Fabio Feldman, na época do PMDB, que liderou a “frente parlamentar verde”, responsável pelo tema no texto final da Constituição Federal de 1988.

Gabeira candidatou-se à Presidência da república pelo Partido Verde em 1989, recebeu apenas 0,18% dos votos em um pleito polarizado pelo candidato Lula e Fernando Collor com a vitória deste último.

Onze anos depois, em 2010, a ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula, Marina Silva, tornou-se candidata à Presidência da República pelo Partido Verde. Obteve uma votação surpreendente, 19,33% dos votos válidos. Para isso as formas com que a sociedade participou na campanha foram decisivas, pois o PV não fez coalizões com outros grupos para fortalecer as bases com tem sido praxe no cotidiano político-partidário. A participação veio do modo como a candidata e seus simpatizantes vinham fazendo política desde antes da saída do Ministério do Meio Ambiente em 2008, e o rompimento com o PT em 2009.

²⁴ V. OSORIO. Op. Cit. P. 35.

Em 2007, um movimento apartidário, denominado "Movimento Marina Silva Presidente" mobilizou-se em torno da bandeira ambiental e elegeu Marina Silva como potencial candidata à Presidência. O jovem ativista Eduardo Rombauer²⁵ articulou isso tudo em redes sociais, mesmo "à revelia" da Ministra. A razão da escolha de Marina foi assim explicada no manifesto do Movimento: *"Apostamos na candidatura dessa mulher, brasileira e planetária, com potencial político e pedagógico para expressar a emergente transição para a democracia com sustentabilidade. Marina tem força para concretizar as mudanças e transformações fundamentais que poucas lideranças políticas, hoje, teriam a capacidade de acessar para tornar realidade."*²⁶

Não é demais lembrar que Marina veio de uma família de seringueiros do estado do Acre, teve sua formação política ligada a Chico Mendes, líder seringueiro conhecido mundialmente por suas ações de defesa da floresta e do modo de vida dos extrativistas da borracha, e assassinado por proprietários de terra locais. As ações de Chico Mendes atraíram a atenção da ONU, no ano em que se concluiu o relatório *Nosso Futuro Comum*, 1987. Resultantes das lutas dos seringueiros, as reservas extrativistas surgiram como exemplos concretos do *desenvolvimento sustentável*, termo consensual do relatório da ONU, e amplamente divulgado desde então. Marina Silva não restringiu o *desenvolvimento sustentável* ao extrativismo e às práticas tradicionais, mas desde que entrou para a política institucional, acompanha a expansão da sustentabilidade para setores econômicos industriais e financeiros, e também para a criação de um estilo de vida em que condutas inovadoras poderão contribuir para o bem comum planetário.

²⁵ O perfil e as atividades de Eduardo Rombauer foram já apresentados no relatório de 2011 a partir do trabalho de Vitor Osório na primeira fase da pesquisa de IC.

²⁶ Movimento Marina Silva Presidente começa a ganhar visibilidade na WEB Blog da Amazônia, 17/05/2009. Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2009/05/17/movimento-marina-silva-presidente-comeca-a-se-tornar-visivel-na-web/> Acessado em 28 de fevereiro de 2013.

Em 2009, ao sair do PT, Marina assumiu a liderança dessa campanha em prol de sua candidatura. A repercussão do movimento foi grande também fora do Brasil. Instigado pelo Partido Verde alemão, o Partido Verde brasileiro convidou-a se filiar para dar consistência institucional à candidatura. Sua campanha resultou em uma aprovação surpreendente das propostas de uma inovação na política, tanto nos temas, meio ambiente e sustentabilidade, quanto no tipo de participação: voltada a um ativismo na internet e nas redes sociais visando colaboração em torno de causas. Como exemplo, durante a campanha era possível que qualquer pessoa abrisse em sua casa ou local de trabalho uma “Casa de Marina”, a qual adapta o modelo de comitê eleitoral para um espaço familiar de criação de novas atividades para o objetivo maior: a vitória eleitoral da candidata.

Um dos slogans da campanha foi “Faça Você mesmo.”, no sentido de estimular inovações na campanha. *Do it* (Faça!) era uma expressão de jovens rebeldes norte-americanos nos anos 1960, título de um famoso livro de Jerry Rubin²⁷, e posteriormente ganhou força com o movimento punk: *Do it yourself*. (Faça você mesmo!) O que era expressão de jovens que queriam destruir o sistema, “*passa a representar a vontade daqueles que, por vontade própria, contribuem com suas potencialidades para que mantenham-se intocados valores estruturais da nossa sociedade – como a propriedade e o castigo – em benefício da melhoria de si e dos outros*”.²⁸

Logo depois das eleições, Marina deixou o PV, com o qual nunca se identificou totalmente, para continuar com o que denominava “diálogo horizontal por meio de redes”.²⁹ Ela entra e sai de partidos e cargos exatamente para manter a o que denomina coerência ao seu compromisso com a luta pela

²⁷ Jerry RUBIN. *Do It! Scenarios of the Revolution*. 2.ed.. New York: Simon & Schuster, 1970.

²⁸ Vitor OSORIO. *Op. Cit.* P. 57.

²⁹ Marina Silva, Apud V.Osorio, p.46.

sustentabilidade. Não é uma retórica o tal compromisso, mas uma característica dessa nova política, para a qual, antes de qualquer outra conduta, importa a adesão à verdade da causa, à colaboração com algo maior: o bem do planeta.

Ainda como um resultado da repercussão positiva do Movimento Nova Política, em fevereiro de 2013, Marina formou um partido, denominado Rede Sustentabilidade,³⁰ ou apenas REDE, nome escolhido por simpatizantes na Internet. Entre os mais generosos patrocinadores do novo partido estão Guilherme Leal, proprietário da Natura, vice na chapa para Presidência de 2010, e Alice Setubal, detentora de parte do Banco Itau,³¹ empresas que buscam se associar à sustentabilidade.

A constatação da tendência à organização política apartidária dos defensores da ecologia e da *economia verde* possibilitou avançar na análise de novas formas de participação e principalmente, elaboração de decisões políticas. Os recortes nas trajetórias de Fernando Gabeira e Marina Silva mostram dois momentos do funcionamento do dispositivo meio ambiente na vida político-partidária. Em vinte anos, esta redimensionou-se. Agora não se trata de formação de partidos representativos dos movimentos ecológicos, como o PV, ou inclusão de temas ambientais em programas partidários já existentes (o que ocorre hoje em todos partidos), mas de uma implosão dos próprios partidos como via institucional de participação democrática nas decisões de governo. As Redes têm sido, por exemplo, consideradas pelos grupos da “nova política” como uma tecnologia fundamental para a participação e mobilização em assuntos políticos, pressupõem comunicação e colaboração constantes. Estas fórmulas da “nova política” arrebanham jovens inquietos, descontentes e apartidários em torno do que se denomina “ética sustentável e colaboracionista”.

³⁰ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/02/novo-partido-de-marina-silva-vai-se-chamar-rede-sustentabilidade.html>

³¹ Marina Silva lança seu partido. <http://www.tribunadaimprensa.com.br/?p=60263>

Nos anos 1980, no Brasil, as instituições políticas se recompunham para desmontar o que se denominava 'entulho da ditadura': constituição nova, eleições para presidente depois de décadas, proliferação de partidos com programas os mais diversos, muitos oriundos de movimentos sociais. Novas formas de participação se reuniram em torno da questão ecológica, tanto dentro do espírito contestador da *contracultura*, quanto em resposta às problemas causados pelas atividades econômicas, como poluição das águas e do ar, o caso de Cubatão, etc. Fernando Gabeira chegou ao Brasil nesse período e acompanhou toda movimentação que a democratização do país e, um pouco depois, a perspectiva da realização da Conferência ECO 92 ocasionavam.

Marina Silva forma-se com a luta dos extrativistas no interior do Acre, que se tornou o exemplo efetivo do desenvolvimento sustentável em 1987, e com o Partido dos Trabalhadores já consolidado, do qual saiu para formas inovadoras de fazer política, após uma passagem no cargo de Ministra do Meio Ambiente. Pode-se assinalar uma força que diferencia esses dois momentos e trajetórias: o dispositivo meio ambiente se disseminou nas práticas de governamentalidade associado às metas de sustentabilidade.

A sustentabilidade procede da questão ambiental, como visto no relatório anterior. É uma noção "frouxa", sem uma definição precisa, mas, talvez por isso mesmo, capaz de ligar setores díspares em torno de ações conjuntas dentro do dispositivo meio ambiente. Refere-se a uma meta chave para a salvação do planeta e responde a uma racionalidade que busca governar, a uma governamentalidade. Esta torna-se uma *ecogovernamentalidade* ao incluir a ecologia na racionalidade política, numa estratégia em que o lucro e o capitalismo não são questionados e as resistências são neutralizadas com apelos a uma participação emocional na gestão planetária, intermediada por empresas, Estados e organizações.

Marina declara que seu compromisso exclusivo é com uma causa, a do desenvolvimento sustentável. Estimulada por iniciativas de jovens

empreendedores, apoiada por empresas sócio-ambientalmente responsáveis, como o Banco Itau e a Natura, a nova política de Marina responde a formas “inovadoras” de participação, exigidas pela ecogovernamentalidade. Essa nova política responde também a novas formas de organização que as empresas capitalistas adquirem em sua adaptação a metas ambientais e de sustentabilidade.

Em relatórios anteriores, de 2010 e 2011, foi feito um histórico da noção de desenvolvimento sustentável e do deslocamento para a noção de sustentabilidade. Apresentou-se também um panorama mais específico da relação das empresas com a sustentabilidade a partir de análise de documentos produzidos por elas e por organizações empresariais. No caso, quatro empresas foram escolhidas para uma análise exaustiva e comparativa de seus respectivos relatórios de sustentabilidade, e os resultados apresentado no trabalho de Iniciação Científica de Felipe Costa, *Como as empresas pensam a sustentabilidade*.³²

Uma das hipóteses de trabalho afirma que a visão de sustentabilidade varia de uma empresa para outra e isso depende muito da área em que atuam. As empresas estudadas provem de setores diferentes: uma de mineração, a Vale do Rio Doce; um banco, Itaú-Unibanco; uma empresa da área de cosméticos, a Natura; e por fim uma empresa de papel e celulose, a Fibria, ligada à Aracruz, no Espírito Santo. Apesar de alegarem que seguem diretrizes da ONU na definição da sustentabilidade, cada uma trata o tema de um modo.

A Vale enfatiza a relação sustentável com os ecossistemas das áreas onde atua. A Natura foca biodiversidade, questões florestais devido às matérias-primas que utiliza e também busca manter bom relacionamento com as comunidades de onde extrai a matéria-prima. O Banco Itaú busca manter a confiança dos grupos envolvidos, no caso, os fornecedores e os clientes de perfis diversos. A Fibria se ocupa dos ecossistemas e com as comunidades do entorno, com destaque para quilombolas e indígenas.

³² Felipe COSTA. *Como as empresas pensam a sustentabilidade*. Relatório Final de IC. PUCSP, 2013.

A Natura é uma das empresas mais importantes no apoio ao novo partido REDE de Marina Silva. Seu proprietário é também um dos fundadores do Instituto Ethos, discutido na Iniciação Científica de Hannah Aflalo: "*O Instituto Ethos e sua influência global na conduta socialmente responsável tida como desejável e necessária*".³³ O Instituto coordena esforços para que empresas contribuam com a sustentabilidade com o objetivo não deixar isso apenas com ONGs e o Estado. A estes caberia interferir com certificações, monitoramentos, mas também estabelecer exigências para o cumprimento de metas, incluindo punições aos faltosos. Há um novo padrão de regulação privada que orienta as condutas das empresas, mas no limite há exigências que só se cumprem com aparato legislativo e punitivo, com Estado.

Dentre as procedências do Instituto Ethos, fundado em 1998, está um compromisso entre empresários formulado em 1965, na Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, da Associação dos Dirigentes Cristãos Empresariais do Brasil, fundada em 1961, filial de organizações empresariais da Holanda, Bélgica e França.³⁴ Para esse grupo de empresários cristãos, uma empresa seria mais do que um negócio, pois haveria responsabilidade em relação aos funcionários, à comunidade do entorno, assim como aos clientes, fornecedores, além dos acionistas, grandes ou pequenos. Outra procedência é a temática da Responsabilidade Social Empresarial RSE, debatida pelo *Business for Social Responsibility* dos Estados Unidos, trazida à América Latina pelos empresários Oded Grajew e Valdemar de Oliveira Neto durante a realização da I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas, em 2001.

Quando a partir do final do século XX, configurou-se o dispositivo ambiental, a responsabilidade ética das empresas em relação *ao próximo* estendeu-se às futuras gerações e à conservação dos recursos do planeta. O

³³ Hannah AFLALO. *O Instituto Ethos e sua influência global na conduta socialmente responsável tida como necessária e desejável*. Relatório Final de IC, PUCSP, 2013. p.71

³⁴ <http://www.uniapac.org/>

contágio com o dispositivo meio ambiente ampliou a responsabilização das corporações estendendo-a às exigências da sustentabilidade.

Em 2008, dez anos depois da fundação, o Ethos redirecionou suas atividades de uma exclusiva gestão empresarial para um foco maior no meio ambiente, sinônimo de “natureza” ou “verde”. Aumentou assim o papel de articulação de políticas públicas: *“Cada vez mais o instituto Ethos adotará um papel articulador de indução de políticas públicas e de posicionamentos em relação às questões estratégicas de sustentabilidade.”*³⁵.

O objetivo principal do Instituto seria o de influenciar a reestruturação da economia, transformando a sociedade, mediante promoção e orientação de mudança de condutas do empresariado. *“Sendo assim, o Instituto Ethos pretende vincular às propostas de RSE à Carta da Terra, transformando-a em referência para o movimento de sustentabilidade. Ricardo Young, vereador eleito pelo PV com mais de 100 mil votos, esclarece que ‘Consideramos a Carta o melhor compêndio sistematizado do que entendemos ser um padrão de desenvolvimento sustentável’”*.³⁶.

A Carta da Terra aparece como referência para a efetivação de uma ética planetária, divulgada como a base de uma ética do cuidado e do amor ao planeta e a todos seus habitantes. O ex-padre católico e teólogo Leonardo Boff, um dos artífices do documento, ressalta que além da aposta na sustentabilidade, outro ponto fundamental da carta é que ela está *“atravessada por visões que resgataram a ética do cuidado em seu sentido antropológico e ético, como uma relação amorosa com a realidade, para além dos interesses de uso. (...) [Boff] não poderia deixar de ressaltar a ética do cuidado, e explicitar a relação dessa maneira contemporânea de pensar o governo e o cuidado cristão”*.³⁷ Essa ética do cuidado faz-se hoje presente no discurso religioso, como veremos adiante, numa

³⁵ Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008). Apud. H. Aflalo, op. Cit. p. 64.

³⁶ H. AFLALO. Op.Cit. p. 71.

³⁷ Vitor OSORIO. Op. Cit. p. 37.

“espiritualidade laica”, como vimos na resenha do livro de Luc Ferry, e nas práticas de governo e de produção econômica.

O Instituto Ethos orienta e monitora empresas para que estas se tornem “cidadãs” e funcionem com responsabilidade social. Conta com procedências cristãs, mas leva a ética do cuidado muito além, direcionando-a ao agenciamento de uma cidadania; situa-se, portanto, dentro de uma nova proposta de governamentalização.

Essa cidadania faz com que as empresas aglutinem responsabilidades que ultrapassam o interesse empresarial original, de gerar capital para os investidores, e a política assistencialista característica da empresa social. A empresa-cidadã (...) assume uma posição pró-ativa, acrescentando ao seu papel de agente econômico ou de agente social. Essa transferência de responsabilidades é acompanhada da ‘pressão pela saída do Estado de setores tradicionais de atuação e regulação; e reafirmação dos valores liberais e de mercado’”.³⁸

A sustentabilidade se tornou um consenso, entretanto, não há nenhuma clara definição do que seja, nem de seus pressupostos. Isso não parece fazer falta, pois o compromisso “vai apenas até o ponto necessário à obtenção de lucro. Assim, as empresas agem de forma a obter lucro e a responder a demandas sociais, sem, no entanto, mudar estruturas das quais elas dependem,(...) Em outras palavras, o raio de ação das empresas é limitado por seus interesses financeiros. Por essa perspectiva, é ingenuidade esperar que mudanças de trajetória sejam efetuadas por setores cuja existência depende das estruturas problemáticas”.³⁹ Nos quatro relatórios de sustentabilidade estudados por Felipe Costa, não foi encontrada menção a qualquer mudança do paradigma capitalista nos processos de produção e consumo como meios de se chegar à sustentabilidade.

³⁸ Hannah AFLALO, Op. Cit. pp. 8-9

³⁹ F. COSTA. Op.Cit., p 79.

O engajamento com o meio ambiente e sustentabilidade motiva-se pelos benefícios disso às empresas numa perspectiva de lucros em longo prazo. O compromisso maior é divulgar amplamente suas “boas práticas” mediante relatórios e comunicação na mídia. A pesquisa comprovou que a ação sustentável da empresa só ocorre se isso beneficiar, apesar do discurso de promoverem o *bem comum*.

As ações descritas como de responsabilidade social e sustentabilidade na realidade funcionam para amortecer e mitigar conflitos das empresas que usam produtos de ecossistemas no processo produtivo e dependem do acesso a áreas em que há matéria-prima, como no caso da Vale, da Natura e da Fibria. Há uma ideia assistencialista que atravessa as ações para a minimização de conflitos com as comunidades envolvidas. Programas de filantropia, educativos, de empregabilidade, servem para a negociação com a população local. No caso do Banco Itaú, porém, a meta das ações de responsabilidade socio-ambiental é obter mais clientes mediante uma imagem de engajamento com causas mais amplas do que mero lucro.

O Instituto Ethos investe no estabelecimento de consensos em relação à responsabilidade das empresas e ao desenvolvimento sustentável, que, acompanhados das noções de transparência e participação, guiam uma vigilância mútua, um policiamento entre as empresas e dentro delas. Os principais consensos são: “a) a responsabilidade social pode ser uma resposta para a crise mundial e é uma necessidade que não pode mais ser adiada; b) todos querem um desenvolvimento sustentável, igual e incluyente; c) o desenvolvimento sustentável é capaz de reduzir as desigualdades entre os países e dentro deles; d) o investimento em energia renovável é indiscutível, deve ser feito; e) as empresas tem papel determinante na mudança da sociedade em direção à igualdade.”⁴⁰

A publicação do balanço social e dos relatórios de sustentabilidade por parte das empresas consiste em um dos principais meios práticos para se

⁴⁰ H. AFLALO. Op. Cit. , p. 12

avaliar o alcance da responsabilidade social e das ações sustentáveis. Além da construção de verdades legitimadas mediante pesquisas científicas em ciências humanas, por indicadores e seus resultados, há a necessidade de divulgá-las e estabelecer consenso em torno delas. *“Não obstante, as análises e informações da presente pesquisa demonstram que as empresas não estão de fato comprometidas com essa ‘verdade’ e que o consenso a respeito dessas questões apenas dissimulou o conflito entre economia e meio ambiente, como se ele não existisse. Para as empresas, entretanto, a necessidade de lucro continua sendo a ‘verdade’ mais forte”*.⁴¹

Como dito anteriormente, mesmo com toda inovação nas formas de governar, não se prescinde do Estado para legislar e, no limite da força, punir aqueles que relutam em participar. Ao lado de toda orientação dada pelo Instituto em busca de consenso e participação voluntária das empresas, tramita um projeto de Lei de Responsabilidade Social, em que o Balanço Social normatizará a atitude responsável.

Com a transparência, em que a interação entre finanças e ações “responsáveis” disponibilizam-se, as empresas poderão vigiar-se com mais eficácia. Esse controle em prol do “bem social” aproxima-se da função policial. Policia no sentido que tinha nos séculos XV e XVI, em que foi criada primordialmente para assegurar a saúde, a higiene e os padrões urbanos das populações. *Procede do poder pastoral. (...)“uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida”*.⁴² O poder pastoral-polícia permanece ativo na política, velha ou nova, como também vimos anteriormente na análise da nova política alternativa e apartidária. *“‘Há, hoje, sob a governança neoliberal, um redimensionamento do poder pastoral’. É na responsabilidade social conferida às ONGs e empresas que se encontra a função pastoral de dirigir condutas, na medida em que ‘o Estado não é mais o planejador*

⁴¹ F. COSTA, Op.Cit., p. 84

⁴² Foucault Apud H. AFLALO. Op. Cit., p. 25

da economia e a instituição responsável pela correção das desigualdades sociais'. ⁴³

O consenso em torno da sustentabilidade repousa em toda uma série de práticas de construção e exercício de verdades, como encontrada nos esforços minuciosos de Institutos como o Ethos, Fundações e Conselhos, em disseminar conceitos e exigências sobre responsabilidade socio-ambiental e sustentabilidade. No entanto, foi observado que : *“o que chama a atenção é o fato da sustentabilidade ser tratada de forma retórica, ouse já, como se fosse um tema de consenso sobre o qual não haveria questionamentos cabíveis. Nos documentos analisados, havia pouquíssimas e simplificadas tentativas de explicar o que seria a sustentabilidade”.* ⁴⁴

As soluções “para o mundo” aparecem exigindo um consenso planetário, em que os Estados funcionariam como agentes que administram decisões transfronteiriças com a participação de corporações, empresas, organizações não estatais de diversos setores, além de representantes de Estados e agências de governo.

Recentemente, o novo Papa Francisco foi saudado com uma manifestação de Ban Ki Moon, secretário-geral da ONU, em que aparecerem sedimentados os possíveis elementos do desenvolvimento sustentável *“Espero continuar a cooperação entre as Nações Unidas e a Santa Sé, sob a sábia liderança de Sua Santidade o Papa Francisco. Compartilhamos muitos objetivos em comum – da promoção da paz, da justiça social e dos direitos humanos à erradicação da pobreza e da fome – todos elementos centrais do desenvolvimento sustentável”* (grifo nosso).⁴⁵ O meio ambiente não aparece, não foi citado como elemento desse

⁴³ Acácio AUGUSTO Apud H. AFLALO. Op. Cit. p. 25.

⁴⁴ F. COSTA. Op. Cit. P. 10

⁴⁵ Declaração do Secretário-Geral da ONU. Disponível em <http://www.onu.org.br/declaracao-do-secretario-geral-da-onu-ban-ki-moon-sobre-a-eleicao-do-papa-francisco/> Acessado em 20 de março de 2013.

desenvolvimento pois, enquanto dispositivo, é o que une os elementos e encaminha para a sustentabilidade.

Na Missa de inauguração do Pontificado, em 19 de março, o Papa Francisco I se referiu ao papel de guardião de Maria, Jesus e da Igreja exercido por São José (o santo do dia). Exorta os cristãos: *“Guardemos Cristo na nossa vida, para guardar os outros, para guardar a criação!”* E prossegue: *“Entretanto a vocação de guardião não diz respeito apenas a nós, cristãos, mas tem uma dimensão antecedente, que é simplesmente humana e diz respeito a todos: é a de guardar a criação inteira, a beleza da criação, como se diz no livro de Gênesis e nos mostrou São Francisco de Assis: é ter respeito por toda a criatura de Deus e pelo ambiente onde vivemos. (...) Queria pedir, por favor, a quantos ocupam cargos de responsabilidade em âmbito econômico, político ou social, a todos os homens e mulheres de boa vontade: sejamos guardiões da criação, do desígnio de Deus inscrito na natureza, guardiões do outro, do ambiente; não deixemos que sinais de destruição e morte acompanhem o caminho deste nosso mundo! (...) Apenas aqueles que servem com amor sabem proteger”*.⁴⁶

O item 2, *Pesquisar a produção de conhecimento e atividades práticas e técnicas relativas ao campo da gestão do meio ambiente*. Parte dessa pesquisa dependeria da participação ativa de um pesquisador do temático em um curso de especialização em Gestão Ambiental e Sustentabilidade, o que não aconteceu, por razões externas ao projeto.

Em 2013, será divulgado o primeiro esboço da revisão do importante documento internacional de orientação para o sistema de gestão ambiental (SGA) de empresas, a ISO 14000, a ser concluída em 2015,⁴⁷ pela ISO (Organização Internacional para Normalização). A gestão de empresas tem uma

⁴⁶ Santa Missa Início do Ministério Petrino.: *Homilia do Papa Francisco*. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/francesco/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130319_omelia-inizio-pontificato_po.html Acessado em 22 de março de 2013.

⁴⁷ http://www.iso.org/iso/home/news_index/news_archive/news.htm?refid=Ref1547

importância para a sustentabilidade, pois suas recomendações e exigências da série de normas conhecidas como ISO 14000 interferem nas minúcias da cadeia produtiva. Há uma expectativa de que o chamado 'ciclo de vida' do produto seja considerado nessa norma de gestão ambiental, ampliando a avaliação dos impactos referentes aos produtos e os serviços oferecidos pelas empresas.⁴⁸ São discussões que serão acompanhadas.

Outro aspecto da gestão ambiental encontra-se nas agências estatais e nas suas políticas. A iniciação científica de Ricardo Mota, *Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente*, iniciada no segundo semestre de 2012, faz uma descrição das conexões internacionais do Ministério do Meio Ambiente, articuladas com a participação do país em encontros e decisões internacionais. Destaca-se a atuação da Assessoria de Assuntos Internacionais (ASIN) nas negociações e cooperação com países como Noruega, Alemanha, União Européia, Estados Unidos e com os principais blocos institucionais envolvidos com os temas ambientais do Ministério: Mercosul, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Há um levantamento em curso dos acordos e convenções que o Brasil ratificou, as cooperações bilaterais e os blocos dos quais o país participa, buscando também o apoio internacional que tem recebido os programas e projetos do ministério como o Plano Nacional de Meio Ambiente.⁴⁹

Em relação ao item 1, *"Foco na Conferência Rio +20 como um acontecimento para o qual convergem forças e interesses e de onde sairão novas injunções e redimensionamentos dos temas referentes ao meio ambiente, com destaque para os*

⁴⁸ Revisão da ISO 14001: 2004 in *Meio Ambiente Industrial*, n 101, janeiro-fevereiro 2013, pp. 16-17.

⁴⁹ Ricardo Mota SANTOS. *Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente*. Relatório Parcial de Iniciação Científica, PUC SP, 2013 (Ver. área restrita: Iniciação Científica,)

efeitos da Rio+20 no Brasil.”, durante o mês de junho, houve um acompanhamento dos eventos em torno da Rio +20.

Entre os dias 13 e 22 de junho, aconteceu a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, no Rio Centro, organizado pela ONU com o objetivo de renovar os compromissos com o desenvolvimento sustentável por meio da avaliação do progresso e das falhas na implementação das decisões tomadas nos principais encontros internacionais anteriores sobre o tema, além de discutir assuntos novos. O eixo da discussão foi a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável ou fortalecimento da governança. A base do debate era o documento “Esboço Zero O futuro que queremos”⁵⁰, apresentado já no início do ano. Após a conferência, o documento final *O Futuro que queremos* foi aprovado pelos representantes dos países em 27 de julho de 2012.⁵¹

Entre os dias 15 e 23 de junho, houve a *Cúpula dos Povos na Rio +20 por Justiça Social e Ambiental*, no Aterro do Flamengo, inspirada no Forum Global da Rio 92. Foi organizada pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio +20 (CFSC). O Comitê representou vários tipos de organização da sociedade civil brasileira e dentro dele se formou o Grupo de Articulação (GA), responsável pelas decisões da Cúpula. As discussões realizaram-se em três eixos: a denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital; soluções e novos paradigmas dos povos e, por fim, o estímulo à que organizações e movimentos sociais articulem processos de luta anticapitalista após a Rio +20. No final do encontro, produziu-

⁵⁰ *Esboço Zero: o futuro que queremos*, 10 de janeiro de 2012. Disponível em http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf Acessado em 21 de fevereiro de 2013.

⁵¹ *El futuro que queremos* Resolución aprobada por la Asamblea General. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/476/13/PDF/N1147613.pdf?OpenElement>. Acessado em 21 de fevereiro de 2013.

se a carta “A Rio+20 que não queremos”⁵², com os pontos principais da crítica à falta de decisões da Conferência oficial.

O documentário Ecopolítica 1 Ecologia foi inscrito na programação de audiovisuais e apresentado no Museu da República. *“Desafinando na programação de audiovisuais ongueiros, laudatórios das políticas em torno da sustentabilidade, Ecologia-Ecopolítica afirmou ética e esteticamente outro modo, libertário, de lidar com a Terra”*.⁵³

Um ensaio de imagens das atividades do evento, acompanhado do texto: *“uma verdade sustentável? rio+20 e cúpula dos povos de uma perspectiva da ecopolítica,”*, foi publicado em *Paisagens*, na *Revista Ecopolítica 3*.⁵⁴ A seleção das imagens e o texto couberam a Gustavo e Acácio Augusto. *as imagens dessa sessão de paisagens foram produzidas pela câmera solta do Nu-Sol, que acompanhou de perto e liberada do itinerário comum — do centro do Rio ao Rio-Centro — as movimentações pela cidade. Mesmo diante da uniformidade das Marchas de protesto, dos reclames por desenvolvimento sustentável, há espaço para a irrupção de desconcertos*.⁵⁵

Ao longo dos meses de preparação da Rio+20 e do próprio evento divulgaram-se pequenos textos contundentes, na *Flecheira: comentários semanais do Nu-Sol*.⁵⁶ Três *Hypomnemata* trataram do assunto: *Hypomnemata*, 145, maio de 2012: *Rio+20 no Rio em breves espaços em primeiras anotações*;⁵⁷ *Hypomnemata*,

⁵² A Rio+20 que não queremos, (notícia e carta.) Disponível em <http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=cobertura/view&id=83> Acessado em 21 de fevereiro de 2013.

⁵³ .G. SIMÕES; A. AUGUSTO. *uma verdade sustentável? rio+20 e cúpula dos povos de uma perspectiva da ecopolítica*, Paisagens. Revista Ecopolítica 3. 2012.

⁵⁴ http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed3.html

⁵⁵ G. SIMÕES; A. AUGUSTO. Op.Cit.

⁵⁶ Há uma seleção dessas flechas em http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed3.html

⁵⁷ <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=174>

146, junho de 2012, *Rio+20 em paralelas: sustentabilidade de pilares e cúpulas*;⁵⁸ Hypomnemata, 147, agosto 2012, *Rio+20: no que parasita, no que marcha e o que sai do eixo*⁵⁹.

Um dos acordos da Conferencia consistiu na formação de um grupo de trabalho para definir até 2015, os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que entrarão no lugar dos Objetivos do Milênio que se encerram nessa data. Em 22 de janeiro de 2013, formou-se do grupo de trabalho aberto para a elaboração dos objetivos do desenvolvimento sustentável.⁶⁰ O Brasil é um dos 30 países que compõem o grupo. A primeira reunião ocorreu em 14 e 15 de março.⁶¹

O texto *uma verdade sustentável? rio+20 e cúpula dos povos de uma perspectiva da ecopolítica*, publicado em Paisagens, da Revista Ecopolitica 3 apresenta de forma sucinta o acompanhamento da Rio +20 pelos integrantes do projeto. A seguir alguns trechos do texto:

Ao acompanhar a Rio+20 não nos interessa julgar o sucesso ou o fracasso da Conferência Internacional. Trata-se de um acompanhamento em perspectiva para uma história do presente na qual se conforma uma ecopolítica.

Marcada desde o início pelos embates prévios em torno do documento denominado Rascunho Zero ⁶² negociado, ponto-a-ponto, por diplomatas em Nova Iorque e reescrito, no Brasil, as vésperas do encontro, pairou sob a Rio+20 a pecha de um suposto antagonismo — reiterado por editoriais de jornais e comentaristas políticos—

⁵⁸ <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=175>

⁵⁹ <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=176>

⁶⁰ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/L.48/Rev.1&referer=http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1549&Lang=S

⁶¹ <http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=13&nr=402&menu=1549>

⁶² http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf,

que oporia os representantes de ONGS, movimentos sociais articulados na Cúpula dos Povos e às delegações dos chefes de Estado reunidos no Rio-Centro.

Tal polarização antagônica teria sido explicitada, segundo muitos destes comentaristas, pela convocação a Marcha Global dos Povos, realizada no centro do Rio de Janeiro e que expôs como principais reclames a “falta de ousadia e coragem” e “a irresponsabilidade”, por parte dos políticos que se encontravam na Barra da Tijuca, em relação às metas de desenvolvimento sustentável fundamentais para a preservação do planeta.

O que havia sido explorado como posições inconciliáveis entre a Marcha do centro do Rio e o Rio-Centro, com o ocaso da Conferência, mostrou ser duplo indissociável que se articulou em torno de interesses comuns.

Sha Zukang, Secretário-Geral da ONU, defendeu o encontro sob a justificativa de que a Rio+20 objetivou, sobretudo, renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Os ambientalistas, por sua vez, acusavam o fracasso da Conferência, celebraram a mobilização e o comprometimento da chamada sociedade civil em direção a um planeta com desenvolvimento sustentável.

As Conferências Internacionais promovidas pela ONU, segundo o próprio funcionamento do que se conhece como Sistema-ONU, não podem produzir diretrizes, normas, recomendações e metas a serem imediatamente adotadas pelos Estados nacionais.

Como não possui o alegado poder de sanção, a ONU e suas conferências temáticas, funcionam como produtoras de diretrizes, normas, recomendações e metas que dependem de discussões e de seu sucesso para que os Estados, estes sim encarregados de sancionar em seus territórios, adotem e o proposto e recomendado nas conferências e em torno delas.

Os alegados fracassos dessas conferências funcionam, como discurso de verdade, de maneira análoga ao propalado fracasso das prisões em recuperar infratores. Das propostas, discussões, pesquisas científicas, contestações, redimensionamentos, instituições paralelas, toda uma parafernália constituída em torno do alegado fracasso

em efetivar políticas imediatas, emerge como resposta, as chamadas correções e alternativas ao problema que se anuncia como incontestável e incontornável.

Numa palavra, formulam um problema comum. Estas Conferências Internacionais funcionam como espaços nos quais se produzem nelas, contra elas e em torno delas, verdades para os Estados, as empresas e a chamada sociedade civil organizada. Alimentam, assim, o funcionamento destes universais com insumos para a produção de suas políticas positivas que, hoje, encontram convergência no frouxo conceito de desenvolvimento sustentável.

1972, 1992 e 2012. Do “nosso futuro comum” ao “futuro que queremos” desdobram intermináveis conferências, reuniões, documentos, marchas e declarações que dão forma inacabada à convergência moderada composta de alternativas convergentes, minorias, empoderamentos, protestos, reformismo revolucionário repaginado, justiça social, ambiental, global e local que se alojam numa verdade de governo sustentável, registradas como tecnologia ecológica.

Neste instante em que até mesmo o que antes se configurava como resistência institucionaliza-se como matéria política resiliente, cabe a nós perguntar: qual o percurso das resistências no presente?

3. Atividades para 2013

1. apresentação dos resultados parciais das pesquisas;
2. continuidade da disponibilização de documentos no site do projeto, junto com a análise de textos importantes;
3. organização de um seminário interno com os pesquisadores do projeto sobre os desdobramentos institucionais da Rio+20, com o objetivo de acompanhar o

processo da definição das metas sustentáveis e outras possíveis resoluções dos sistema ONU;

4. continuidade das análises do funcionamento do dispositivo meio ambiente, com destaque para:

4.1 sustentabilidade e resiliência,

4.2 aperfeiçoamento das estratégias de gestão ambiental,

4.3 meio ambiente urbano,

4.4 relações entre arte e meio ambiente,

4.5 o amor como moral planetária.